

# Dennis Verbicaro

Prefácio de Cláudia Lima Marques e Vitor Hugo do Amaral Ferreira

# CONSUMO E CIDADANIA

Identificando os espaços políticos de atuação qualificada do consumidor

**Apresentação** de Lorenzo Bujosa Vadell

**2ª Edição, revista e atualizada**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Dennis Verbicaro

Categoria: Direito do Consumidor

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

112021

V478c

Verbicaro, Dennis.

Consumo e cidadania : identificando os espaços políticos de atuação qualificada do consumidor / Dennis Verbicaro. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

592 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 543-568.

ISBN 978-85-519-1210-2

1. Direito do consumidor. 2. Relação de consumo. 3. Solidariedade. 4. Direito processual. 5. Ciência política. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Prefácio.....	XIX
Apresentação .....	1
1. Introdução.....	5
2. A transição paradigmática: a falência do Estado pelo descumprimento das promessas da modernidade. A indolência social e suas consequências para a efetividade dos direitos humanos .....	23
2.1 A utopia do poder: crítica à ideologia da dominação e à ilusão da liberdade negativa – as sociedades em conflito rumo à solidariedade emancipatória .....	43
2.2 Mudanças implicam novas exigências; porém, antes de saber o que exigir, é preciso definir de quem exigir: Estado, Direito e Sociedade estão prontos para mudar? .....	51
2.2.1 O ativismo judicial .....	56
2.2.2 A substituição processual .....	59
2.2.3 Instrumentalidade das formas .....	60
2.3 O enfoque da solidariedade .....	61
2.4 Preparando-se para as transformações necessárias .....	70
2.5 Utopias para as novas concepções de Estado, Direito e Sociedade .....	76
2.5.1 Estado .....	77
2.5.2 Direito .....	79
2.5.3 Sociedade (sob o enfoque da democracia deliberativa) .....	80
2.6 Outros espaços de transformação.....	84
2.6.1 Doméstico.....	85
2.6.2 Produção.....	86
2.6.3 Mercado.....	87
2.6.4 Comunidade .....	87
2.6.5 Cidadania .....	87
2.6.6 Mundial .....	88
2.7 Fronteira paradigmática e redefinição dos mapas sociais .....	88

<b>3. O resgate do instinto de sociabilidade e do prazer solidário: a potencialização da mobilidade cívica e da autonomia pública através de uma democracia participativa</b> .....	99
3.1 Alternativas teóricas para a emancipação solidária.....	99
3.1.1 A teoria da ação comunicativa de Habermas é capaz de sustentar uma trajetória segura rumo à solidariedade emancipatória, lançando mão apenas de artifícios procedimentais para sustentar a coexistência das autonomias privada e pública? .....	99
3.1.2 Tolerância Discursiva de Gandhi.....	108
3.1.3 A Liberdade Anarquista .....	109
3.2 A educação cívica .....	122
3.2.1 Um convite à educação cívica: uma provocação à sociedade contemporânea que, iludida pela democracia prudencial e utilitarista, esqueceu ou nunca descobriu a verdadeira felicidade.....	122
3.2.1.1 O sistema democrático tem futuro?.....	124
3.2.1.2 Uma nova concepção de desobediência civil é possível?.....	126
3.2.1.3 A abstinência cívica é um retrato de uma democracia malsucedida pelo povo? .....	136
3.2.2 Contra a letargia: sociedade x democracia prudencial .....	146
<b>4. Consumo e cidadania: como a ocupação dos novos espaços políticos pelo consumidor pode influir numa melhor administração das questões coletivas de consumo no Brasil</b> .....	163
4.1 O fenômeno consumerista .....	163
4.2 A origem do microsistema consumerista e a necessidade de compatibilização entre os princípios da proteção do consumidor e da livre iniciativa.....	165
4.2.1 Uma nova principiologia para o Direito .....	165
4.2.2 A compreensão do microsistema consumerista a partir do conflito entre o pensamento tópico e o sistemático .....	166
4.2.3 O surgimento do microsistema de proteção do consumidor .....	169
4.2.3.1 Codificação.....	169
4.2.3.2 Descodificação .....	170
4.2.3.3 A constitucionalização do direito privado.....	171
4.2.3.4 O microsistema de proteção do consumidor .....	171
4.3 O fenômeno no mundo .....	176
4.4 O fenômeno no Brasil.....	181

4.4.1 Via policial .....	186
4.4.2 Via administrativa .....	187
4.4.3 Via constitucional e legal.....	187
4.4.4 O perfil do Estado brasileiro na relação de consumo.....	195
4.5 A coerência do ordenamento jurídico para a manutenção do microsistema de proteção do consumidor .....	199
4.6 O direito do consumidor e sua autonomia a partir do novo marco paradigmático da solidariedade .....	203
4.6.1 Autonomia científica .....	205
4.6.2 Autonomia legislativa.....	205
4.6.3 Autonomia didática .....	206
4.6.4 Autonomia doutrinária.....	207
4.6.5 Autonomia principiológica .....	207
4.6.5.1 Igualdade .....	210
4.6.5.2 Liberdade .....	212
4.6.5.3 Boa fé objetiva .....	215
4.6.5.4 Vulnerabilidade .....	216
4.6.5.5 Hipossuficiência.....	216
4.6.5.6 Princípio da ampla e efetiva reparação do dano .....	217
4.6.5.7 Princípio da solidariedade passiva.....	221
4.7 A relação de consumo .....	222
4.7.1 Consumidor.....	222
4.7.1.1 Consumidor Padrão (destinatário final) .....	224
4.7.1.2 Consumidor Coletividade.....	232
4.7.1.3 Consumidor por equiparação - bystander.....	235
4.7.1.4 Consumidor exposto .....	236
4.7.1.5 Consumidor – pessoa jurídica (conceito enfático).....	238
4.7.1.6 Consumidor – Comunidade Global.....	240
4.7.2 Fornecedor .....	250
4.7.3 Produto e serviço .....	254
<b>5. Expressões da solidariedade emancipatória nas relações de consumo ....</b>	<b>255</b>
5.1 Políticas públicas de participação cívica nas relações de consumo .....	255
5.1.1 Espaços participativos nacionais subutilizados e suas potencialidades .....	258
5.1.2 O papel das associações representativas nesse contexto .....	262

5.1.3 A experiência das associações representativas no Direito espanhol .....	266
5.1.4 A frágil experiência brasileira no movimento associativo das relações de consumo .....	273
5.1.5 Análise da efetividade dos espaços políticos de participação e deliberação em matéria consumerista no Brasil .....	280
5.2 Harmonia e educação.....	285
5.3 Gestão de qualidade .....	286
5.4 Racionalização e melhoria dos serviços públicos .....	287
5.5 Órgãos integrantes do sistema e tutela administrativa do consumidor: novas perspectivas .....	288
5.6 A convenção coletiva de consumo como instrumento catalisador do debate político qualificado na relação de consumo.....	295
5.6.1 Conceito, objeto e legitimidade .....	296
5.6.2 A convenção coletiva de consumo como expressão de uma autoridade política compartilhada entre consumidores e fornecedores sob a mediação responsável do Estado.....	307
5.6.3 Resgatando um importante espaço político de deliberação nas relações de consumo .....	317
<b>6. A tutela processual coletiva e o conseqüente fortalecimento dos direitos emanados da solidariedade .....</b>	<b>321</b>
6.1 Interesses coletivos em sentido amplo.....	334
6.1.1 Interesses difusos.....	334
6.1.2 Interesses coletivos em sentido estrito .....	338
6.1.3 Interesses individuais homogêneos .....	340
6.2 O termo de ajustamento de conduta e suas vantagens processuais .....	344
6.2.1 Previsão legal .....	344
6.2.2 Competência .....	345
6.2.3 Alcance da tutela .....	345
6.2.4 Natureza executiva .....	346
6.2.5 Possibilidade de execução individual do Termo de Ajustamento de Conduta .....	346
6.2.6 Arquivamento e rescisão .....	348
6.3 Legitimação ativa nas ações coletivas .....	349
6.4 Isenção de custas e honorários sucumbenciais .....	365
6.5 Possibilidade de inversão do ônus da prova nas demandas coletivas .....	372
6.6 Litisconsórcio ativo entre o Ministério Público Federal e Estadual .....	378

6.7 Intervenção de terceiros na lide consumerista: o chamamento ao processo na existência de seguro de responsabilidade – Atecnia legislativa .....	379
6.8 Novas modalidades de ações a partir da tutela coletiva do consumidor.....	381
6.8.1 Eficácia das ações executivas <i>lato sensu</i> da tutela das obrigações específicas de fazer e não fazer como instrumento à efetividade processual nas ações coletivas .....	382
6.8.1.1 Justificativa .....	382
6.8.1.2 Natureza jurídica do provimento liminar .....	383
6.8.1.3 Multa cominatória (astreinte).....	384
6.8.1.4 Exigibilidade da multa e aspectos controvertidos sobre a definição do seu valor.....	384
6.8.1.5 Caracterização da mora no cumprimento da obrigação e termo inicial da cobrança da multa.....	404
6.8.1.6 Execução da multa. Momento adequado .....	408
6.8.1.7 Restrição quanto à atribuição de efeito suspensivo à impugnação do devedor .....	411
6.8.1.8 Extensão das astreintes aos provimentos cautelares e a terceiros estranhos à relação processual .....	412
6.8.1.9 Conversão da multa em perdas e danos .....	414
6.8.1.10 Cumulatividade da multa com o valor objeto da conversão em perdas e danos .....	415
6.8.1.11 Procedimentos cautelares acessórios ao comando judicial .....	416
6.8.2 Ação preventiva mandamental .....	416
6.8.3 Ações coletivas de controle contratual .....	417
6.8.3.1 Ação declaratória de nulidade contratual. Controle híbrido (concreto e abstrato) do contrato .....	417
6.8.3.2 Ação constitutiva de revisão contratual com possibilidade de cumulação de pedidos condenatórios e/ou cominatórios .....	427
6.9 Particularidades da tutela dos interesses individuais homogêneos.....	435
6.9.1 Legitimidade ativa do Ministério Público e da Defensoria Pública para sua adequada instrumentalização .....	435
6.9.2 Caracterização da grandeza, dimensão e relevância social do interesse metaindividual a justificar a demanda coletiva .....	439
6.9.3 Competência jurisdicional .....	443

6.9.4 Edital para habilitação de consumidores individuais sob a forma de litisconsórcio unitário.....	446
6.9.5 Liquidação e execução da sentença genérica .....	448
6.9.6 Execução residual ou fluída ( <i>fluid recovery</i> ) .....	451
6.10 Efeitos da sentença coletiva e relativização da coisa julgada.....	454
6.11 Litispendência entre ações individuais e coletivas .....	458
6.12 Prescrição nas ações coletivas.....	466
6.13 Transação nas ações coletivas.....	477
6.13.1 Algumas peculiaridades e diferenças da tutela coletiva no Direito comparado .....	479
6.13.1.1 A transação coletiva nos Estados Unidos ( <i>class settlement</i> ) .....	482
6.13.1.2 A transação coletiva na Holanda.....	486
6.13.1.3 A transação coletiva no Brasil .....	487
6.14 Mediação, conciliação e audiências públicas nas ações coletivas sob a perspectiva do anteprojeto de reforma do CDC.....	488
6.15 A experiência norte-americana com as restrições legislativas ao manejo das ações coletivas e o surgimento da ação coletiva passiva ( <i>Defendant Class Action</i> ) .....	490
6.15.1 A evolução legislativa da Rule 23 .....	491
6.15.2 A ação coletiva passiva ( <i>defendant class action</i> ).....	495
6.16 A arbitragem coletiva de consumo no Brasil: um modelo possível? .....	502
6.16.1 A experiência norte-americana.....	508
6.16.2 A experiência europeia .....	512
6.16.2.1 Espanha.....	513
6.16.2.2 Alemanha .....	521
6.16.2.3 Reino Unido .....	523
6.16.2.4 Itália.....	524
6.16.3 Expectativas quanto à percepção futura da arbitragem coletiva de consumo no Brasil .....	526
<b>7. Conclusões .....</b>	<b>531</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>543</b>